



MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

CONDUTOR  
Turismo de Aventura

VOL. 3

# COMPETÊNCIAS MÍNIMAS DO CONDUTOR DE TURISMO DE AVENTURA





MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

# AVENTURA SEGURA

COMPETÊNCIAS  
MÍNIMAS DO CONDUTOR  
DE TURISMO DE AVENTURA

ABETA e Ministério do Turismo

**Série Aventura Segura**

**MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE**

**COMPETÊNCIAS  
MÍNIMAS DO CONDUTOR  
DE TURISMO DE AVENTURA**

Primeira Edição, Belo Horizonte , 2009

## Ficha Institucional

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente da República

MINISTÉRIO DO TURISMO

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho  
Ministro do Turismo

Frederico Silva da Costa  
Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

Francisca Regina Magalhães Cavalcante  
Diretora do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo

Luciano Paixão Costa  
Coordenador-Geral de Qualificação e Certificação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS  
DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA – ABETA

Jean-Claude Marc Razel  
Presidente

Daniel Spinelli  
Vice-Presidente

Eduardo Coelho  
Gelderson Pinheiro  
Israel Waligora  
Patrick Muller  
Diretoria

M294 Manual de boas práticas de competências mínimas do condutor de turismo de aventura / ABETA e Ministério do Turismo. – Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2009. 56 p. (Série Aventura Segura)

ISBN 978-85-62714-02-3

1. Turismo de aventura. 2. Condutor - Competências Mínimas. I. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. II. Ministério do Turismo.

CDD: 338.4791

CDU: 380.8

© Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura  
- ABETA e Ministério do Turismo, 2009 | Todos os direitos reservados

ABETA

Gustavo Timo  
Coordenador Geral

Raquel Müller  
Coordenadora de Qualificação

Alvaro Barros  
Julia Castro

Leonardo Roenick  
Equipe Executiva

Edner Antonio Brasil  
Rubens Hashimoto  
Conteudista

Evaldo Fonseca Magalhães  
Edição Técnica

CIPÓ PRODUÇÕES

Projeto Gráfico e Editorial

Nena Oliveira  
Coordenação

Jussara Boscolo  
Victor Oliveira  
Atendimento

Leonardo Martins  
Ricardo Campelo  
Design

Daniel Lyrio  
Finalização

Eli Borges  
Produção

Eneida Santana  
Revisão

FOTOS

Alex Ribondi  
Alvaro Barros  
Adriana Schmidt  
Anderson Florêncio  
Ary Amarante  
Daniel de Granvile  
Edner Antonio Brasil  
Fabio Ciminelli  
Felipe Aragão Jr.  
Gustavo Timo  
Herbert Pardini  
Humberto Medaglia  
Ion David  
Josemar Contesini  
Marcelo Skaf  
Pedro Cardoso Lages  
Rafael Marques  
Raquel Müller  
Roberta Rodrigues  
Samuel Berger  
Sandra Faro Aguiar

<b>Apresentação</b> .....	<b>08</b>	<b>Mínimo Impacto Ambiental</b> .....	<b>48</b>
■ Introdução .....	10	☐ Planejamento é Fundamental .....	50
■ Sobre a ABETA .....	11	☐ Você é Responsável por sua Segurança .....	50
■ Normas Técnicas ABNT NBR – Transversais e Específicas .....	12	☐ Cuide dos Locais por Onde Passar, das Trilhas e dos Locais de Acampamento .....	51
<b>Aos Condutores e Futuros Condutores</b> .....	<b>14</b>	☐ Traga seu Lixo de Volta .....	51
☐ Objetivos .....	19	☐ Deixe Cada Coisa em seu lugar .....	52
☐ Conceitos .....	19	☐ Evite Fazer Fogueiras .....	52
<b>A Aventura</b> .....	<b>22</b>	☐ Respeite os Animais e as Plantas .....	52
<b>Conhecimento, Habilidades e Atitudes Necessárias ao Condutor</b> .....	<b>26</b>	☐ Seja Cortês com Outros Visitantes e com a População Local .....	53
☐ Habilidades Comportamentais e Conhecimento sobre os Relacionamentos Humanos .....	27	■ Referências Bibliográficas .....	55
☐ Habilidades e Conhecimentos Técnicos .....	34		
☐ Cartografia e Orientação .....	35		
☐ Meteorologia .....	36		
☐ Primeiros Socorros .....	39		
☐ Legislação Importante para o Condutor .....	40		
☐ Educação Ambiental / Interpretação Ambiental .....	45		



## APRESENTAÇÃO

A mudança de comportamento dos turistas, que hoje buscam novas experiências aliadas ao contato com a natureza, fez crescer significativamente a oferta de produtos de Turismo de Aventura e Ecoturismo. Esse aumento, associado ao crescimento da demanda nacional e internacional por tais experiências, levou o Ministério do Turismo a considerar o Turismo de Aventura (TA) um segmento prioritário para investimentos em organização e estruturação da atividade.

Melhorar a qualidade, a segurança e a competitividade dos profissionais e empresas do segmento são os objetivos do Programa Aventura Segura, iniciativa do Ministério do Turismo em parceria institucional com o SEBRAE Nacional e executado pela ABETA – Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (TA).

O Programa abrange um conjunto de ações de fortalecimento institucional, geração e disseminação de conhecimento, qualificação de pessoas e empresas, subsídio à certificação para condutores e empresas e formação de grupos voluntários de busca e salvamento (GVBS), além de iniciativas de fortalecimento da responsabilidade socioambiental e de uma campanha de conscientização do consumidor.

A implementação do Programa Aventura Segura vem proporcionando uma transformação profunda e abrangente nos destinos, empresas e profissionais de Turismo de Aventura e Natureza do país, quer seja na consciência do trabalho que desempenham, quer seja na qualidade do serviço que oferecem. O Programa, iniciado em dezembro de 2005 e em curso no momento da publicação destes manuais, em março de 2008, qualificou milhares de pessoas, envolveu centenas de empresas e foi a semente e o propulsor de uma nova cultura de qualidade, segurança e gestão no Turismo de Aventura.

O conjunto de Manuais de Boas Práticas que o programa apresenta é uma das principais etapas da meta de geração e disseminação de conhecimento no setor. Esses documentos representam uma iniciativa pioneira na forma de abordar, organizar e formalizar o conhecimento relacionado à gestão empresarial e técnica dos empreendimentos e negócios de Turismo de Aventura no Brasil.

Os manuais são ainda uma conquista das empresas, dos profissionais e de todos os técnicos que trabalharam para construir e organizar o conhecimento disponível sobre Turismo de Aventura no Brasil e no mundo, desde o início das atividades dos Grupos de Trabalho na ABETA, passando pelo processo de normalização e pela definição das boas práticas empresariais e técnicas para o segmento. Eles fazem parte da estratégia do Ministério do Turismo, do SEBRAE Nacional e da ABETA de realizar ações que tenham capacidade de transformar a realidade através do acesso ao conhecimento e à informação.

O Programa Aventura Segura mostrou que o Turismo de Aventura e Natureza, quando bem executado e gerido por todos os atores (públicos e privados) envolvidos, tem a capacidade de ser um vetor de desenvolvimento sustentável dos territórios/destinos. Isso ocorre por meio da organização social e institucional, do envolvimento da comunidade, da capacidade de liderança da iniciativa privada e, por consequência, da geração de emprego e renda que as ações propiciam.

Esperamos que estes manuais se tornem uma contribuição para que o Turismo de Aventura e Natureza seja, mais do que já foi citado, um vetor de desenvolvimento do bem, com ênfase na conservação da natureza e em atividades prazerosas – e igualmente responsáveis e seguras –, fazendo empresários, profissionais e turistas felizes.



## INTRODUÇÃO

### Bem-vindo aos Manuais de Boas Práticas de Turismo de Aventura (TA)

**E**les foram produzidos como documentos informativos, precisos do ponto de vista empresarial e técnico, de agradável leitura e fácil entendimento para os profissionais do Turismo de Aventura no Brasil. Também pretendem ser referência permanente de leitura para seu público-alvo, refletindo o melhor do conhecimento e da experiência do segmento hoje no país; documentos que traduzem a personalidade dos melhores profissionais do setor, em edições técnica e graficamente cuidadosas e especiais.

Os Manuais de Boas Práticas que você está recebendo são resultado do Programa Aventura Segura, um desafio e uma oportunidade de criar referência e marcar a história do desenvolvimento do segmento no Brasil. Foram formulados a partir de ações iniciadas em Grupos de Trabalho – GTs, formados no âmbito da ABETA. Esses GTs se configuraram na primeira iniciativa de organização do conhecimento e das práticas que eram realizadas pelas empresas de Turismo de Aventura no Brasil. O conteúdo técnico organizado por tais grupos foi também a base de desenvolvimento das Normas de Turismo de Aventura, elaboradas no âmbito da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os manuais têm como desafio avançar sobre o conteúdo das normas, fazendo uma espécie de tradução da linguagem formal que as caracteriza e trazendo, ainda, referências e informações a partir de uma abordagem de gestão empresarial do negócio Turismo de Aventura e Natureza.

Essa demanda foi identificada pela carência de literatura, no país, que trate do tema empresarial relacionado à gestão do Turismo de Aventura e Natureza.

Foram convidados a participar da elaboração desses documentos especialistas, empresários e alguns dos melhores profissionais do segmento. Eles dividiram seus conhecimentos e agregaram seus pontos de vista para que o conteúdo pudesse expressar a diversidade e a complexidade do negócio Turismo de Aventura e Natureza.

Consideramos que o desafio foi cumprido, com a consciência de que sempre é preciso aprimorar esse trabalho e de que as próximas edições serão melhores. O que se apresenta aqui é um conjunto de conhecimento e informação aplicado, preciso e inédito em nossa área.

Foram elaborados 10 Manuais de Boas Práticas, nos seguintes temas relacionados ao Turismo de Aventura:

1. Gestão Empresarial
2. Sistema de Gestão da Segurança – ABNT NBR 15331
3. Competências Mínimas do Condutor – ABNT NBR 15285
4. Arvorismo
5. Caminhada e Caminhada de Longo Curso
6. Canionismo e Cachoeirismo
7. Escalada
8. Espeleoturismo
9. Fora-de-estrada
10. Rafting

A definição dos temas dos manuais foi baseada na relevância dos assuntos para todo o segmento de Turismo de Aventura de maneira transversal. Isso explica os manuais sobre Gestão Empresarial, Gestão da Segurança e Competências Mínimas do Condutor – os dois últimos baseados nas normas técnicas mais importantes para o Turismo de Aventura. Também levou-se em conta as atividades mais oferecidas e praticadas no Brasil.

Os três manuais transversais seguirão uma orientação específica do tema e das normas técnicas que abordam. Os outros têm uma orientação de abordagem comum relacionada aos aspectos empresariais, técnicos, de segurança, socioambientais e sobre as normas existentes.

Boa leitura!

*Para críticas, sugestões e elogios – [abeta@abeta.com.br](mailto:abeta@abeta.com.br)*

## SOBRE A ABETA

A Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) é a referência nacional de organização empresarial nos segmentos de Ecoturismo, Turismo de Aventura e Natureza. Sua missão é tornar essas atividades viáveis econômica, social e ambientalmente, visando principalmente à satisfação de seus clientes. Entre os seus associados, estão operadoras, meios de hospedagem, atrativos organizados e empresas de treinamento em atividades de aventura e natureza. A entidade reúne mais de 230 associados, que são as principais empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura do país. A ABETA é responsável pela gestão e execução do Programa Aventura Segura, em parceria com SEBRAE Nacional e Ministério do Turismo.

# ■ Normas Técnicas ABNT NBR

## - Transversais e Específicas

- ABNT NBR 15285 – Turismo de Aventura – Condutores – Competência de pessoal – Publicada em 31/Out/2005
- ABNT NBR 15286 – Turismo de Aventura – Informações mínimas preliminares a clientes – Publicada em 31/Out/2005
- ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos – Publicada em 30/Dez/2005
- ABNT NBR 15334 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos de competência para auditores – Publicada em 30/Abr/2006
- ABNT NBR 15370 – Turismo de Aventura – Condutores de rafting – Competências de pessoal – Publicada em 31/Mai/2006
- ABNT NBR 15383 – Turismo de Aventura – Condutores de turismo fora-de-estrada em veículos 4 x 4 ou bugues – Competências de pessoal – Publicada em 24/Jul/2006
- ABNT NBR 15397 – Turismo de Aventura – Condutores de montanhismo e de escalada – Competências de pessoal – Publicada em 25/Set/2006
- ABNT NBR 15398 – Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso – Competências de pessoal – Publicada em 25/Set/2006
- ABNT NBR 15399 – Turismo de Aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competências de pessoal – Publicada em 30/Out/2006
- ABNT NBR 15400 – Turismo de Aventura – Condutores de canionismo e cachoeirismo – Competências de pessoal – Publicada em 11/Dez/2006
- ABNT NBR 15453 – Turismo de Aventura – Turismo fora-de-estrada em veículos 4 x 4 ou bugues – Requisitos para produto – Publicada em 29/Dez/2006
- ABNT NBR 15500 – Turismo de Aventura – Terminologia – Publicada em 10/Set/2007
- ABNT NBR 15503 – Turismo de Aventura – Espeleoturismo de aventura – Requisitos para produto – Publicada em 16/Jun/2008
- ABNT NBR 15505-1 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto – Publicada em 18/Fev/2008
- ABNT NBR 15505-2 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos – Publicada em 18/Fev/2008
- ABNT NBR 15507-1 – Turismo equestre – Parte 1: Requisitos para produto – Publicada em 09/Jun/2008
- ABNT NBR 15507-2 – Turismo equestre – Parte 2: Classificação de percursos – Publicada em 09/Jun/2008
- ABNT NBR 15509-1 – Cicloturismo – Parte 1: Requisitos para produto – Publicada em 13/Ago/2007
- ABNT NBR ISO 24801-1 – Serviços de Mergulho Recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 1: Nível 1 – Mergulhador supervisionado – Publicada em 28/Jan/2008
- ABNT NBR ISO 24801-2 – Serviços de Mergulho Recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 2: Nível 2 – Mergulhador autônomo – Publicada em 28/Jan/2008
- ABNT NBR ISO 24801-3 – Serviços de Mergulho Recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 3: Nível 3 – Condutor de mergulho – Publicada em 28/Jan/2008
- ABNT NBR ISO 24802-1 – Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 1: Nível 1 – Publicada em 28/Jan/2008
- ABNT NBR ISO 24802-2 – Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 2: Nível 2 – Publicada em 28/Jan/2008
- ABNT NBR ISO 24803 – Serviço de mergulho recreativo – Requisitos para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo – Publicada em 28/Jan/2008



*Este Manual de Boas Práticas tem como base a Norma ABNT NBR 15285, que trata das Competências Mínimas para o Condutor de Turismo de Aventura (TA).*

*Antes de entrarmos no universo das boas práticas que deverão fazer parte das competências mínimas para os condutores de aventura, apresentamos uma pequena introdução histórico-conceitual e um breve relato do processo de normalização, qualificação e certificação no Turismo de Aventura.*

**P**ara apresentar uma abordagem histórica do turismo no Brasil e identificar o surgimento do segmento Turismo de Aventura, é necessário sintetizar alguns acontecimentos. Também é preciso compreender que o turismo surge em função da demanda, ou seja, dos primeiros viajantes que partem – com motivações diversas – do seu local de moradia em busca de outras localidades.

A primeira vez que as autoridades brasileiras notaram a importância econômica da atividade turística foi em 1938. Naquele ano, foi sancionado o primeiro Decreto-Lei federal para o setor, prevendo a necessidade de autorização estatal para a exploração de venda de passagens para as viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias.

Nas décadas seguintes (40, 50 e 60), a regularização foi muito incipiente. Em 1966, no entanto, foi implantado no país o Sistema Nacional de Turismo e criados o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que hoje tem o caráter de instituto. As funções da EMBRATUR eram organizar e estimular o turismo brasileiro, seguindo as diretrizes traçadas pelo CNTur.

Desde o início, a atividade turística sofreu em razão de políticas que se resumiam à intervenção e ao controle de seus aspectos econômicos, sobretudo entre as décadas de 60 e 80, na vigência do regime militar.

Somente com o fim da ditadura, a atividade passa a ser tratada com base nos princípios da livre-iniciativa e da livre-concorrência. Isso traz novas perspectivas para o setor, que ganha importância crescente tanto economicamente quanto em seu papel como promotor da sustentabilidade do patrimônio natural e cultural brasileiro.

Já em relação ao Turismo de Aventura (TA), não há um momento específico que estabeleça seu surgimento no Brasil. Cabe ressaltar, porém, que o nome dado a essa modalidade turística nos remete à origem do vocábulo latino *adventura* – que, de acordo com o dicionário Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (2007), significa “acontecimento imprevisto, surpreendente”.

Essa definição traz ainda a ideia do incerto, da busca pelo novo, da descoberta. A incerteza e o desafio, portanto, funcionam como agentes motivadores do praticante, que tem como recompensa pela empreitada, tão-somente, a prática da atividade. Trata-se assim de ações cujo mote é a ausência de tudo o que é habitual e nas quais o desfrute da experiência é individual, permitindo ao praticante a sensação de escapar do cotidiano.

## Aos Condutores e Futuros Condutores



No campo dos conceitos, a primeira definição aceita e utilizada para o TA foi a seguinte, formulada na Oficina para a Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, organizada pela EMBRAUR e realizada em Caeté – MG, em abril de 2001:

*Segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvem riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.*

Percebe-se que o conceito remete à prática de atividade de aventura e de esporte recreacional, o que possibilita ampla margem de interpretação. Apesar disso, consideramos como atividades de TA aquelas praticadas de forma voluntária com a finalidade de desenvolvimento esportivo para o indivíduo que as pratica.

As primeiras atividades de aventura no Brasil datam do século XIX, com as ascensões de cumes, tais como o das Agulhas Negras (1856), ponto mais alto do atual Parque Nacional do Itatiaia e o Monte Olimpo (1879), ponto mais alto do atual Parque Estadual do Marumbi.

Assim, pode-se afirmar que as primeiras atividades de aventura de que se tem relato na história são as caminhadas acompanhadas de subida de montanhas – nas quais, muitas vezes, fazia-se pouco uso de equipamentos ou usavam-se apenas pedaços de corda, que serviriam para facilitar o retorno.

Hoje, em termos práticos, temos uma gama muito grande de atividades e esportes de aventura que formam a base para o surgimento de práticas adaptadas, oferecidas como produtos de TA.

Vale destacar que os participantes da Oficina realizada em Caeté-MG fizeram uma distinção entre os praticantes e, do ponto de vista da demanda, identificaram dois grupos principais: aqueles que buscam o meio natural para a prática de “atividades de aventura” de forma voluntária, tais como os intrépidos exploradores que escalam montanhas, e pessoas que buscam simplesmente emoções e desafios, em atividades cujos riscos são controlados, propiciando, assim, uma forma de lazer.

Após a transformação da EMBRATUR em Instituto Brasileiro de Turismo, em 28 de março de 1991, e a criação de um ministério, para tratar somente da pauta do turismo, o Ministério do Turismo passa a estabelecer e implementar políticas públicas enquanto a EMBRATUR concentra seus objetivos na promoção e no apoio à comercialização turística. O governo federal edita um documento normativo, que estabelece os marcos conceituais para os diversos segmentos turísticos. A definição de Turismo de Aventura sofre mudança e passa a ser a seguinte: “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não-competitivo.” (BRASIL, 2005, p.9).

O fato é que a origem da prática de atividades do TA não pode ser percebida como um fato isolado no tempo, nem mesmo podemos pontuar com precisão sua data de início. Para comprovar esse aspecto, basta citar diagnóstico realizado para o segmento, que

indica que “as primeiras atividades de prestação de serviço na área de TA ocorreram entre os anos de 1975 e 1986” (ABETA, 2006, p.29).

Esse diagnóstico destaca também que, nas décadas iniciais, “eram poucos aqueles que se dedicavam profissionalmente ao Turismo de Aventura – uma minoria – e foi na década de 90, mais precisamente após o governo Collor, que o número de pessoas atuando no setor de fato aumentou” (ABETA, 2006, p.30).

Após os anos 90, diversas iniciativas surgiram impulsionadas pelo crescente interesse pela conservação do patrimônio natural. A necessidade de planejar os diversos segmentos do turismo com foco na sustentabilidade, em face da crescente degradação do meio ambiente – causada pelas diversas formas de usos (e abusos) dos recursos naturais e culturais –, se tornou latente.

Podemos notar, desde então, que o crescimento do setor de turismo – principalmente o Turismo de Aventura e o Ecoturismo – apresentou-se como consequência do aumento do tempo de lazer, da elevação do poder aquisitivo, das facilidades de locomoção, da comunicação e também da busca do homem moderno pelo reencontro com a natureza.

Tal crescimento torna-se mais claro a cada dia e vem ajudando a aumentar a consciência sobre as boas práticas para o desenvolvimento sustentável. Isso se dá na medida em que o segmento se estabelece sobre uma base planejada, cuja solidez depende da gestão sistemática de alguns princípios sustentadores: ambiental, econômico, sociocultural e político-institucional.

Alguns conceitos que fazem parte desse contexto evoluíram com o tempo em função das demandas específicas do segmento. Ou melhor, dos segmentos, pois, em termos de conceitos e práticas, o TA tem algumas interseções e sobreposições com outros subsetores do turismo. Tais sobreposições, porém, não afetam o seu desenvolvimento.



De forma abrangente, o TA no Brasil evoluiu pelo mesmo caminho do Turismo de Natureza (BRASIL, 2005), que também tem interface com o Ecoturismo, sendo mais expressivo a cada ano. Podemos observar, baseados em diversas referências, que o termo “ecoturismo” é utilizado pela indústria do turismo, na atualidade, muitas vezes de forma oportuna. Sem planejamento nem base técnica, o sufixo “eco” aparece mais “decorativamente” do que em respeito a seu significado verdadeiro. Afinal, ecoturismo expressa ou deveria ser uma “(...) viagem responsável a áreas naturais, com o fim de conservar o meio ambiente e promover o bem-estar da comunidade local” (BLANGY e WOOD apud LINDBERG e HAWKINS, 1995).

De qualquer maneira, o “ecoturismo” representa uma grande fatia do segmento do turismo e requer uma observação atenta para que possamos tirar melhores conclusões. Se observarmos que esse segmento do turismo teve um crescimento significativo e isso acarretou mudança no comportamento e na maneira com que as pessoas enxergam o meio natural, mais integrada e responsável, concluímos que não se trata de uma manifestação qualquer.

Podemos inferir que o TA, se bem planejado, figura como um importante segmento, tanto na distribuição de renda quanto nos aspectos de conservação do meio e da cultura locais. Dessa maneira, e seguindo as tendências internacionais, em que o desenvolvimento de normas técnicas tem sido utilizado como ferramenta de organização e desenvolvimento econômico e social para o segmento, o Ministério do Turismo criou o Projeto de Normalização em Turismo de Aventura.

Executado entre dezembro de 2003 a maio de 2007, por iniciativa do MTur, o projeto teve como entidade executora o Instituto de Hospitalidade (IH) e, como parceira, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que é o Fórum Nacional de Normalização, por meio do Comitê Brasileiro do Turismo – (ABNT/CB 54).

O objetivo da normalização em Turismo de Aventura foi estabelecer um sistema de normas técnicas que possibilitasse o desenvolvimento desse segmento com qualidade e segurança. As normas foram criadas no âmbito do ABNT/CB 54, com ampla participação de todos os interessados, incluindo empresas, organizações, profissionais, consumidores, institutos de pesquisa e universidades, além do governo.

As Normas Técnicas deram grande contribuição para a profissionalização da operação do Turismo de Aventura no Brasil, criando um ambiente propício para a sua inserção no mercado internacional.

As ações de normalização formam a base de todo o processo. Dentre diversas normas já publicadas e outras em fase de publicação, algumas têm o caráter transversal, ou seja, são a base para o desenvolvimento de qualquer atividade do TA. São elas:

- ABNT NBR 15285 – Turismo de Aventura – Condutores – Competência de Pessoal
- ABNT NBR 15286 – Turismo de Aventura – Informações Mínimas Preliminares a Clientes
- ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão de Segurança – Requisitos
- ABNT NBR 15500 – Turismo de Aventura – Terminologia
- Projeto de Norma 54:003.02-002<sup>1</sup> – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Diretrizes (em desenvolvimento pela ABNT)

<sup>1</sup> Este número é provisório; esta norma está em fase de desenvolvimento no âmbito da Comissão de Estudo de Sistema de Gestão da Segurança (CE 54:003.02) no Subcomitê de Turismo de Aventura no ABNT/CB 54.

No que diz respeito às normas, é fundamental que você, condutor, esteja bem informado sobre o assunto. Oportunamente, faremos referência a elas ao longo do conteúdo deste manual. Mas é importante destacar que o processo de normalização culminou na criação do Programa Aventura Segura – Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura que, por sua vez, gerou este e outros manuais para o setor.

Este manual, portanto, é uma das ações do programa que visa à disseminação do conhecimento necessário ao condutor. A normalização é nosso referencial, mas não é exaustiva, ou seja, não temos a pretensão de, com este documento, esgotar o assunto no que diz respeito à qualificação dos condutores de TA. Nosso intuito é, simplesmente, fazer a disseminação das boas práticas para esses profissionais.

## Objetivos

Disponibilizar informações sobre as boas práticas necessárias para alcançar resultados satisfatórios na condução de atividades de TA.

Sinteticamente, tais resultados (listado na ABNT NBR 15285) levam o condutor a atender os objetivos comuns a qualquer dessas atividades. São eles:

- atendimento e condução do cliente com foco na satisfação de todos
- prestação de um serviço de qualidade
- segurança de todos os envolvidos
- cuidados com o meio ambiente e com as comunidades envolvidas

## Conceitos

As Normas Brasileiras para o Turismo de Aventura, produzidas na etapa de normalização, trazem em sua introdução alguns conceitos e definições. Muitos são comuns a diversas atividades e às partes envolvidas no TA e constam na Norma ABNT NBR 15500 – Turismo de Aventura – Terminologia, que visa a facilitar o entendimento entre as partes e criar um padrão conceitual. Os conceitos aqui apresentados foram compilados a partir dessa norma, bem como da Norma de Competências Mínimas e de Sistema de Gestão da Segurança.

**Acidente:** evento não planejado que resulta em lesão, dano, doença, morte ou outra perda.

**Atividades de Turismo de Aventura:** aquelas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham o caráter recreativo e, ao mesmo tempo, envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos<sup>2</sup>. As atividades do TA podem ser conduzidas em ambientes naturais, rurais ou urbanos e frequentemente têm como uma de suas origens os esportes na natureza.

**Autoresgate:** aplicação de técnicas pelo próprio grupo para resolver situações adversas sem intervenções externas.

<sup>2</sup> Risco assumido significa que ambas as partes têm uma noção dos riscos envolvidos.

**Cliente:** organização ou pessoa que adquire ou usufrui de uma atividade de Turismo de Aventura.

**Competência:** capacidade de mobilizar, desenvolver e aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes no desempenho do trabalho e na solução de problemas, para gerar os resultados esperados.

**Condutor:** profissional que conduz um cliente ou grupo de clientes nas atividades de Turismo de Aventura.

**Medidas de contingência:** ações preventivas e/ou corretivas a serem adotadas quando da sinalização ou ocorrência de perigos e riscos.

**Preparação e atendimento a emergência:** conjunto planejado de atribuições, ações e recursos para lidar com um incidente específico durante a operação. Os planos de ação em emergência também podem ser chamados de planos de resposta a emergências.

**Plano de contingência:** conjunto planejado de atribuições, ações e recursos para lidar com situações adversas previamente identificadas. O plano de contingência usualmente inclui um ou mais planos de ação em emergência.

**Perigo:** fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho ou uma combinação destes.

**Risco:** combinação da probabilidade da ocorrência de determinado evento e da(s) sua(s) consequência(s).



**! ATENÇÃO:** O termo perigo pode ser qualificado de maneira a definir a sua origem ou a natureza do dano esperado (por exemplo, perigo de choque elétrico, perigo de colisão, perigo de corte, perigo tóxico, perigo de fogo, perigo de afogamento).

**! ATENÇÃO:**

**1-** O termo risco é geralmente usado somente onde existe pelo menos a possibilidade de consequências negativas.

**2-** Em algumas situações, o risco surge da possibilidade de desvio dos resultados esperados ou eventos.





## A AVENTURA



**E**m termos conceituais, vimos que a definição para o Turismo de Aventura sofreu mudanças ao longo do tempo, mas para compreender nosso papel (de condutores) é necessário ir além dos conceitos. Precisamos entender como “a aventura” afeta todos os envolvidos.

O desenvolvimento histórico-cultural dessa busca pelo desconhecido, que podemos considerar uma necessidade, se entrelaça com nossa própria existência. É claro que os aventureiros tiveram, ao longo do tempo, diversas motivações para se aventurar, sendo que muitas delas são contrárias às atuais.

Essa “vontade” motivadora, porém, pode ser entendida como uma relação do indivíduo – “o aventureiro” – com o meio pelo qual ele busca “a aventura”. Assim, nas palavras de Miguel S. Milano, confirmamos que “as relações do homem com a natureza são tão antigas quanto à própria existência da humanidade. As características dessas relações, entretanto, se alteraram significativamente com o correr do tempo, condicionadas pelo processo de desenvolvimento a que o homem sempre esteve sujeito.” (MILANO, 2003).

Da sobrevivência dos povos nômades da antiguidade à conquista de novos territórios na história moderna e contemporânea, o homem sempre esteve envolvido com aventuras.

O “desconhecido” nos atraiu, nos impulsionou e nos incita até hoje, levando-nos aos lugares mais recônditos de nosso planeta. Passados milhares de anos, o planeta Terra, que possuía extensas áreas intocadas – lugares onde o homem da antiguidade nunca havia estado – tem, hoje, poucos lugares que não foram alcançados.

Temos que considerar que a razão pela qual as pessoas buscam uma aventura está ligada diretamente à possibilidade de enfrentar um desafio, o desconhecido, mas pode vir, também, da simples vontade de contemplar a natureza ou da simples necessidade de se praticar uma atividade física.

Ao nos referirmos ao meio da prática de atividades de aventura, devemos considerar que as atividades podem e são realizadas também em espaços urbanos, como, por exemplo, uma escalada “indoor”<sup>3</sup>.

Entretanto, foi no ambiente natural, nos espaços silvestres do nosso planeta, que tais atividades tiveram sua gênese. É importante lembrar que a cada dia restam menos espaços que podemos chamar de silvestres. Na antiguidade, uma das aventuras do homem era sair em busca de comida, seja através da coleta ou da caça. Essa aventura produzia interferências mínimas sobre o ambiente, pois a relação era equivalente àquelas de quaisquer animais que saíam em busca de alimento.

Na atualidade, com o desenrolar do processo civilizatório, novos conceitos de produção de maior rendimento surgiram (pastoreio em larga escala, a agricultura e a industrialização), empregando alterações cada vez mais significativas no relacionamento homem/meio. Aliado a isso, o fenômeno da urbanização trouxe e continua a trazer mudanças profundas no equilíbrio da biosfera.

<sup>3</sup> Escalada em muros artificiais construídos especificamente para este fim normalmente é realizada em ambiente fechado.



Segundo Roberto Messias Franco (apud PHILIPPI Jr., 1999), “em todo o planeta, a humanidade migrou para as cidades, e dos menos de 5% de urbanos que éramos no início do século XVIII hoje metade da humanidade está nas cidades”. Hoje em dia, as metrópoles ganharam espaço e a maioria da população mora em cidades, ao contrário do que ocorria cem anos atrás.



De fato, alguns hábitos associados à característica daqueles que vivem nos grandes aglomerados urbanos se intensificaram e espalharam pelo mundo o interesse pelo crescimento econômico, que é oposto ao conceito de sustentabilidade, produzindo efeitos de alienação nos habitantes. Por exemplo, é comum que as pessoas da cidade não tenham conhecimento sobre a origem dos alimentos: é o clássico caso de crianças que acham que o leite vem da caixinha e sentem nojo ao saber que o produto sai das tetas da vaca.

A alienação pode ser considerada como um dos fatores que dá origem à vontade do homem de buscar o desconhecido, algo como “voltar às raízes”. Em função disso, podemos verificar diversas pessoas procurando uma aventura apenas como mais um produto a ser consumido. Matheus e Silva (2007) diz que “atualmente, a sociedade moderna, ao tornar-se cada vez mais alienada e centrada em valores individualistas, vem produzindo nas pessoas a necessidade de um ‘retorno’ aos espaços onde a vida ao ar livre e os laços comunitários ainda se fazem presentes. Contudo, essa ‘fuga’, na maioria das vezes, longe de representar uma ruptura com o sistema ou mudança na forma de viver e pensar, é formatada de modo a transformar-se em mais um lucrativo negócio capitalista”.

Acreditamos, no entanto, que o principal aspecto de uma aventura é a oportunidade que temos de visualizar o mundo pelo ponto de vista da natureza e não pelo nosso próprio ponto de vista, centrado e individualista.

É importante que reflitamos sobre esses aspectos, pois o foco principal de nosso trabalho é buscar a satisfação dos nossos clientes, o que está relacionado diretamente às suas expectativas.

Aqui surge a possibilidade de realmente fazermos a diferença nesse grande negócio: proporcionar uma mudança de ponto de vista e na forma de pensar nosso relacionamento com o meio, mesmo que isso não figure completamente nas expectativas de nossos clientes.





## Conhecimento, Habilidades e Atitudes Necessárias ao Condutor

**V**imos que a competência – conceito estabelecido na Norma ABNT NBR 15285 – do condutor tem como finalidade gerar resultados. Ela está ligada a sua capacidade de mobilizar, desenvolver e aplicar conhecimentos, habilidades e também atitudes.

O foco de nosso trabalho está diretamente conectado à satisfação de nossos clientes, lembrando de zelar pela segurança de todos e respeitar o meio e a cultura do local onde praticamos nossas atividades. Esse é o princípio básico que vem nos orientando a buscar conhecimentos mínimos sobre o ambiente e sua dinâmica. Também nos coloca como líderes frente a um grupo de pessoas, o que exige habilidades para melhorar nosso relacionamento com os outros e com o meio.

Assim, nossas atitudes devem condizer com os conhecimentos e habilidades necessários a realizar essa grande empreitada: conduzir um grupo de pessoas numa atividade do Turismo de Aventura. A condução, ou melhor, a liderança não é um assunto trivial, é complexo, requer bom senso, atenção e melhoria contínua de nossas competências.

Existem tratados enormes sobre a atuação de um líder e se desejássemos colocar aqui uma lista de atributos necessários, ocuparíamos diversas páginas.



**DICA:** De qualquer maneira, além dos conhecimentos técnicos, é preciso que saibamos lidar com pessoas, trabalhando em conjunto e jamais nos esquecendo de que cada indivíduo possui seus valores, suas filosofias, suas dificuldades, suas expectativas e sua forma de viver.

### Habilidades Comportamentais e Conhecimentos sobre os Relacionamentos Humanos

Ressaltamos que boa parte das atitudes necessárias às boas práticas na condução de TA refere-se à nossa capacidade de comunicação e ao bom relacionamento entre pessoas, já que, via de regra, seremos os líderes desses grupos.

Nunca devemos exercer a liderança de forma autoritária, ou seja, impondo nossa posição sobre os demais. Talvez possamos exercê-la de forma democrática, dividindo as responsabilidades com o grupo e conduzindo-o de forma a atender os anseios da maioria. Mas, certamente, devemos desenvolver nossa liderança de forma sociocrática, ouvindo a todos, mediando os conflitos existentes entre as diversas opiniões e fazendo com que todos compreendam e tomem o caminho do consenso.

Em uma aventura em grupo, é necessário que todos trabalhem como uma equipe. Assim, o grupo independe de sua natureza, da formação dos indivíduos, faixa etária e outras características individuais.

Duas variáveis fundamentais devem ser levadas em consideração: a “tarefa” e as pessoas envolvidas.

Usamos o termo “tarefa” porque as atividades de aventura sempre têm um objetivo em si. Para nós, é um fato óbvio: em uma atividade de rafting, por exemplo, descemos o rio em um bote; numa atividade de escalada, subimos uma montanha, e assim sucessivamente. Realmente é óbvio, mas é importante envolver os indivíduos nessa “tarefa”, é imprescindível alinhar, com vistas a ela, todas as expectativas individuais, tornando-as expectativas do grupo.

Esse será o momento inicial de qualquer atividade de aventura. É importante lembrar que no contexto do projeto de normalização, temos uma norma que estabelece as informações mínimas<sup>4</sup> a serem passadas aos clientes. Essas informações devem ser passadas antes da atividade, ou seja, no momento da venda do serviço. É o que chamamos de informações preliminares.

Isso nos ajudará no princípio da atividade, quando algumas informações serão reforçadas. O êxito do trabalho em equipe depende muito dessas preliminares e do momento inicial da atividade.

Para desempenharmos adequadamente nosso papel, é fundamental também mantermos nossa postura profissional. Isso significa atender a alguns comportamentos. Vejamos:

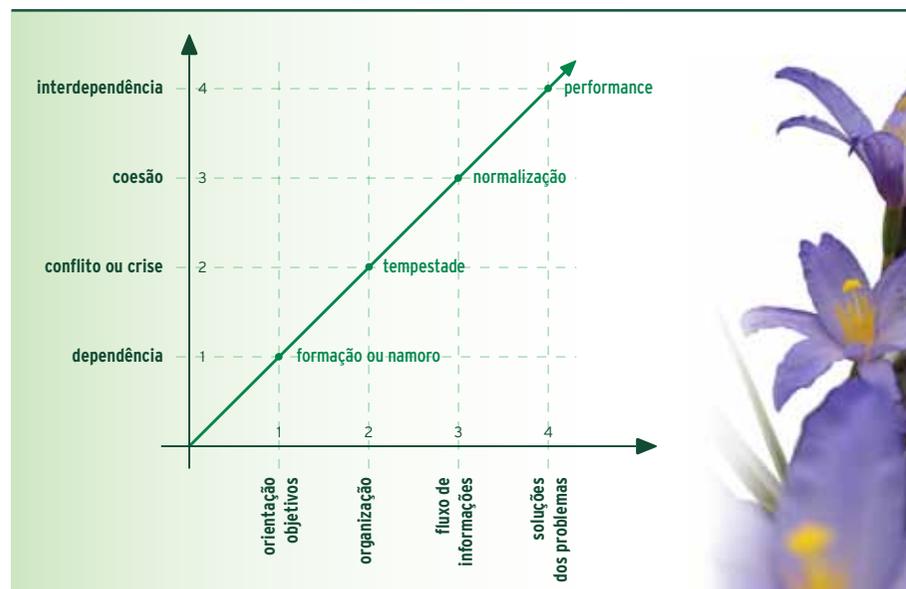
**Relacionamento afetivo:** devemos ser corteses, educados, atenciosos e gentis, mas evitar intimidades ou relacionamentos exclusivos com quaisquer clientes.

**Situações constrangedoras:** os clientes podem se sentir mal durante as atividades ou passar por momentos difíceis. Devemos apoiá-los e incentivá-los a sair dessa situação, ajudando no que for possível e determinando que o grupo se ajude.

**Linguagem e forma de tratamento:** devem ser apropriados a cada pessoa, evitando gírias, palavrões ou expressões de conteúdo malicioso.

Para melhorar o entendimento sobre o comportamento em grupo, vejamos como se desenvolvem as relações interpessoais decorrentes do processo de interação grupal, em função das “tarefas” a serem desempenhadas.

Observando o gráfico, podemos perceber quatro estágios diferenciados<sup>5</sup>. Isso ocorre na maioria dos grupos destinados à realização de uma tarefa.



<sup>4</sup> ABNT NBR 15286 - Turismo de Aventura – Informações Mínimas Preliminares a clientes.

<sup>5</sup> Adaptado da apostila Desenvolvimento de competências conceituais e comportamentais para o trabalho em equipe, de Cleani Marques produzida para a “Oficina de Capacitação de Membros dos Conselheiros e Gestores das Unidades de Conservação do Corredor Ecológico da Mantiqueira” realizada pela Ong Valor Natural, na Floresta Nacional de Passa Quatro/MG entre os dias 27 a 29 de Março de 2007.

No primeiro estágio, também conhecido como namoro, as relações entre os membros do grupo são caracterizadas pela dependência do líder, que estará concentrado em definir os objetivos da atividade e alinhar a expectativa de todos.

No segundo estágio, fica clara certa confusão, caracterizada pelo conflito ou por uma crise nas relações interpessoais, ao mesmo tempo em que o grupo começa a se organizar internamente. Essas dificuldades iniciais fazem parte do processo de interação grupal e representam o momento em que as pessoas passam a se conhecer, trazendo para o grupo alguns dos traços de suas próprias personalidades.

No estágio seguinte, o terceiro, as relações são marcadas pela coesão e a característica básica é a fluidez na comunicação entre os elementos do grupo. É durante esse estágio que as pessoas começam a perceber que realmente pertencem a um grupo. Passa a prevalecer a visão do conjunto. As pessoas começam a compartilhar ideias e sentimentos, começam a explorar as ações relacionadas com a tarefa e a partilhar o que é necessário à sua concretização. Nesse estágio, o grupo se torna mais produtivo do que nos anteriores.

O último e quarto estágio é muito difícil de ser alcançado. Muitos grupos ficam estagnados no estágio anterior. Ele é caracterizado pela interdependência entre os integrantes e pelos processos de solução conjunta de conflitos do grupo<sup>6</sup>. Há, nesse estágio, uma colaboração mais produtiva e um sentido de competição funcional. A tarefa fica muito clara para cada elemento e todos estão altamente comprometidos com a atividade comum.

No terceiro estágio é possível obter um nível de resultados satisfatórios a todos, mas somente na última fase o grupo tem condições de apresentar o desempenho ideal e altos níveis de satisfação.

A compreensão desse processo ajuda o condutor no desenvolvimento da atividade, possibilitando minimizar ansiedades e tensões muito comuns nas fases iniciais. É possível perceber o nível de comprometimento de cada indivíduo e atuar, deixando clara para todos a possibilidade de atingir seus anseios individuais, trabalhando pelo conjunto.

Para alcançar o êxito na condução do grupo, além do entendimento sobre os processos de interação grupal, é necessário que o condutor desenvolva a habilidade de influenciar as pessoas. Essa é uma incumbência para qual não há receitas prontas de que possamos lançar mão. Fazer com que os indivíduos do grupo atinjam fases de interação produtiva quase sempre é um trabalho árduo.

O processo de influenciar os indivíduos, portanto, deve ser uma via de mão dupla. Deve haver uma interação entre o líder e os liderados de tal forma que todos se sintam confortáveis e confiantes perante as competências do líder. Nesse contexto, o que desejamos é obter o comprometimento dos indivíduos.

<sup>6</sup> Interdependência significa que os membros poderão trabalhar sozinhos ou em pequenos grupos sem perder a dimensão total.



Existem diversas fontes ou formas de influenciar as pessoas para obter o seu comprometimento. Eis algumas: a recompensa, a coerção, a legitimidade, a identificação, a competência e a informação.

Podemos representar o mediador entre os clientes e as coisas de que eles precisam e gostam. Eles farão o que propusermos por esperarem uma recompensa.

Podemos ser também alguém que pode lhes causar um prejuízo, um dano, um incômodo, uma punição. Nesse caso, eles obedecerão por coerção.

De outro modo, se eles acatam nossas determinações porque reconhecem que temos autoridade para ditá-las, porque representamos a ordem estabelecida ou porque reconhecem que temos o direito de agir daquela maneira, eles estarão se submetendo à legitimidade da nossa autoridade.

Quando as pessoas vêem no líder um modelo, um igual, um amigo, e por isso procuram atendê-lo, estaremos influenciando o grupo por identificação.

Em contrapartida, se os clientes nos reconhecerem como um especialista, como alguém que entenda da matéria, que domina um assunto, nossa influência é devida à competência.

Em muitos casos, as pessoas agem (ou passam a agir) de determinada maneira porque mudam sua convicção, porque passam a encarar os fatos por outros ângulos ou chegam a novas conclusões. Quando isso acontece, o comprometimento é alcançado através da informação.

As várias fontes de influência têm efeitos diferentes, sendo que algumas podem gerar dependência por parte do influenciado. Nesse caso, ele tenderá a agir apenas em função do lucro/perda provocados por sua conduta e irá se submeter somente quando essas possibilidades estiverem presentes.

Em outras ocasiões, porém, mantém-se uma autonomia do seguidor, propiciando muitas vezes outras ações de nossa parte, diferentes daquelas que foram previstas.

O uso apropriado das várias fontes de influência é indispensável para a obtenção permanente e efetiva dos resultados.

Para conduzir um grupo de clientes de forma eficiente, nossa atuação será focada em três fases fundamentais: preparação, desenvolvimento e encerramento. Cada uma delas possui suas características e atividades específicas.

Na fase de preparação, temos duas etapas: o planejamento, que é quando preparamos os objetivos e planos de ação para garantir o êxito no cumprimento das metas, além de servir também para avaliar o progresso do trabalho e elaborar relatórios no encerramento; e a preparação do grupo, que consiste em receber os clientes, nos apresentarmos e apresentar a empresa em que trabalhamos, integrar os participantes, esclarecer os objetivos da atividade, conhecer as expectativas, esclarecer o nosso papel e estabelecer contratos de convívio.



**FIQUE ATENTO:** A preparação para a condução de um grupo em seus dois momentos é crucial para o êxito de uma atividade de TA. Se você trabalha para alguma empresa do segmento, deve estar atento em relação à implementação, pela organização, de um Sistema de Gestão da Segurança, baseado na Norma ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos. Com o Sistema de Gestão de Segurança, as etapas de planejamento e encerramento estarão sistematizadas, o que facilita o trabalho do condutor para que desempenhe com mais tranquilidade a fase de desenvolvimento.

Na fase de desenvolvimento, manteremos o comprometimento através da influência que exercemos no grupo, ou seja, vamos liderar o relacionamento interpessoal e a atividade. Dirigiremos e coordenaremos todas as tarefas, que incluem: assegurar a satisfação, o bem-estar e a segurança dos clientes; prevenir impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades; e gerenciar riscos e acidentes.

**☐ Para mantermos o comprometimento dos clientes, além de influenciá-los, é necessário motivá-los. Após conhecer quais são suas expectativas e quais motivos os levaram a praticar uma atividade de TA, devemos adotar as seguintes posturas:**

Estabelecer objetivos e desafios concretos, mostrando que as pessoas fizeram progressos.

Estimular e encorajar os participantes a atenderem suas próprias expectativas e a ultrapassar desafios, de forma responsável e segura.

Ter uma atitude positiva em relação à interação e ao trabalho do grupo, como, por exemplo, a ajuda mútua para realização de uma determinada atividade.

Manter as pessoas informadas e bem orientadas, principalmente em situações que possam trazer algum desconforto ou risco.

Tolerar os erros, medos e incertezas das pessoas que ainda não dominaram totalmente uma atividade.



**Dividir os aplausos**, demonstrando reconhecimento pelas realizações, contribuições e superações individuais ou grupais.

Um aspecto de grande relevância a ser lembrado é o fato de a condução de um grupo ser essencialmente uma atividade presente nos sistemas sociais. Assim, uma das expectativas que se tem em relação a todos os condutores é a de que promovam uma socialização com o grupo de clientes a serem conduzidos. Devem socializar seu próprio conhecimento, sua experiência etc.

Podemos refletir sobre a condução de grupos com base nas palavras de Humberto Maturana:

*Todo o sistema social humano se funda no amor, em qualquer de suas formas, que une seus membros, e o amor é a abertura de um espaço de existência para outro ser humano junto a alguém. Se não há amor não há socialização genuína e os seres humanos se separam. Uma sociedade, na qual se acaba o amor entre seus membros, se desintegra. (...) Ser social envolve sempre ir com o outro, e só se vai livremente com quem se ama. (MATURANA, 2002, p.206).*

Entendemos que o carinho, a preocupação de um indivíduo com o outro ou com o ambiente só pode se dar com o laço afetivo. E para gerar esses laços é necessária a entrega, a abertura. Essa troca é o que une uma sociedade.

Os conflitos também influenciam no comprometimento de cada indivíduo e têm reflexo na produção coletiva. A mediação de conflitos é uma questão muito importante no desenvolvimento de uma atividade. Como vimos nas fases de comportamento do grupo, porém, geralmente quando atingimos o estágio marcado pela coesão não há conflitos a serem resolvidos. Aqueles que porventura surgirem, normalmente, são dissipados por meio das atitudes do próprio grupo. Porém, temos os estágios iniciais da interação grupal, quando os conflitos são mais presentes.

Nesses casos, devemos sempre estar atentos e procurar resolver os conflitos utilizando estratégias que visem a uma saída positiva, em que os envolvidos fiquem satisfeitos. No Turismo de Aventura, os conflitos mais comuns são aqueles relacionados a insatisfações e desistências na realização das atividades, atrasos do grupo por fatores psicológicos, físicos ou motores de um ou mais participantes e desentendimentos familiares. Assim, é importante sempre observar o grupo e conhecer o momento em que surge um conflito, descobrir as possíveis causas e, a seguir, selecionar as melhores opções para a solução do problema.

Outra questão é a necessidade de tomada de decisão, quando uma situação é desviada da realidade programada no planejamento e no decorrer do desenvolvimento da atividade. É necessário estarmos preparados para situações dessa natureza, que podem incluir acidentes, mudanças na dinâmica do tempo ou qualquer outro fator que irá exigir raciocínio rápido, identificação do problema ou causa do desvio e o estabelecimento de medidas corretivas.



**DICA:** É importante considerar todas as variáveis possíveis previstas na fase de planejamento. Dessa forma, deve-se estabelecer uma relação de controle sobre os eventos previstos e, sobre os eventos imprevistos, ter à mão medidas corretivas, a fim de manter o desenvolvimento adequado da atividade.

No **encerramento**, trabalhamos para produzir um processo contínuo de melhoria dos serviços prestados. É necessário registrar as críticas (reclamações) e as sugestões dos clientes; fazer a análise da qualidade turística realizada, perguntando aos clientes sua opinião acerca das atividades, infra-estrutura e outros serviços prestados; realizar a revisão dos equipamentos de segurança; preencher o relatório de atividades, diário de incidentes e planos de emergência (caso ocorra); discutir com a equipe de profissionais envolvidos os pontos fortes e fracos de toda a atividade, buscando a melhoria contínua.



## Habilidades e Conhecimentos Técnicos

Vimos que as habilidades comportamentais estão diretamente ligadas à melhoria da nossa capacidade de manter um bom relacionamento com os clientes.

Por sua vez, as habilidades e conhecimentos técnicos se relacionam ao melhor entendimento da dinâmica do meio ambiente, das técnicas necessárias à orientação e navegação, bem como à solução dos problemas gerados por um acidente e ao conhecimento da legislação.

À medida que buscamos e adquirimos mais conhecimento, melhoramos nossas capacidades e habilidades, pois muitas estão ligadas à aplicação prática. Assim, muitas das informações apresentadas aqui serão como um norte para o conhecimento necessário ao alcance de resultados satisfatórios.

Na verdade, quanto mais conhecimentos adquirimos, colocando-os em prática, maior será o ganho, melhorando diretamente nossas habilidades, nossa capacidade de julgamento, enfim, nossa experiência. Outras necessidades fazem parte de nosso dia-a-dia, como, por exemplo, um bom preparo físico e mental. O conhecimento não deve ser encarado como um ponto a ser atingido, mas como uma espiral ascendente, como uma longa subida: quanto mais ao alto, melhor é a paisagem. É possível melhorar sempre! A melhor prática associada às competências mínimas do condutor está associada à nossa capacidade de enxergar isso e buscar melhorar continuamente.



## Cartografia e Orientação



A cartografia é a ciência, arte e técnica da confecção de mapas, que evoluiu e se desenvolveu à sombra da necessidade de dominação dos territórios. Inicialmente essa ciência ganhou espaço na esfera militar, de forma rústica. Hoje em dia, são utilizados equipamentos de alta tecnologia, como computadores e sistemas de localização global (GPS – Global Position System), para delinear a geografia.

### E qual a utilidade dessa técnica/arte em nossas atividades?

Os mapas e cartas topográficas são representações de uma porção do terreno. Essas representações possuem símbolos gráficos e diversas informações impressas que ajudam a compreender a paisagem de uma localidade. E a compreensão das características físicas de um local nos fornece condições ideais para planejarmos rotas e caminhos.

Para atingirmos um bom aproveitamento e, assim, um melhor planejamento da atividade, é necessário que nos familiarizemos com alguns conceitos, como o significado e utilização das curvas de nível, das formas de relevo, sistema de coordenadas, escalas e legendas das cartas topográficas.

As cartas e mapas têm espaço para utilização em praticamente todas as atividades do Turismo de Aventura, como as caminhadas de longo curso, o rafting e até a escalada em rocha. O uso de mapas nos permite obter um conhecimento espacial mais amplo do local onde se está conduzindo o grupo e nos auxilia na tomada de decisões.

Com o auxílio das cartas topográficas, juntamente com o uso de outros equipamentos e técnicas, podemos navegar no campo sem o risco de nos perdermos ou nos distanciarmos dos objetivos. Em conjunto com conhecimentos e outros equipamentos, o uso das cartas topográficas se torna uma atividade de grande precisão.

Uma grande aliada às cartas topográficas é a bússola. É importante saber manuseá-la, saber como é seu funcionamento e utilização, a correção da declinação magnética etc. A bússola é um instrumento que utilizamos para nos orientar. Mas também existem outros métodos para encontrarmos os pontos cardeais, como a observação do sol, das estrelas, dentre outros.

Ao combinarmos a orientação com o uso de um mapa ou carta topográfica, temos condições de navegar e conseguiremos fazer isso com exatidão à medida que praticarmos continuamente, pois a teoria básica referente ao assunto não é algo muito complexo. Temos que praticar continuamente para desenvolver a habilidade de navegar com precisão.

A orientação e a navegação são duas artes que caminham juntas e o condutor deve praticá-las, se possível sempre que estiver em campo. O uso de mapas é necessário para o planejamento das atividades de Turismo de Aventura, bem como no desenvolvimento das atividades.

É no planejamento que decidimos quais caminhos utilizaremos ou que direção seguiremos. Visualizando o espaço em que estaremos inseridos, podemos planejar rotas de fuga, locais a serem evitados (áreas inundáveis, escarpas...). Da mesma maneira, devido à falta de atualização do material cartográfico disponível no Brasil, talvez não tenhamos as respostas a algumas das perguntas mais comuns apenas interpretando as cartas.

Por exemplo, se a trilha está dentro da mata fechada ou em local aberto. Tais construções existem ou somente sobraram ruínas?

Essa dificuldade traz a necessidade de fazermos um reconhecimento prévio do local e, assim, podermos contar com mais informações para iluminar o mapa. Em todas as atividades do Turismo de Aventura, portanto, o condutor deverá conhecer a rota previamente. Isso não descarta a necessidade de termos mapas, bússola, uma régua e um bloco de anotações para nos localizarmos e mantermos a rota no caso de dúvidas no campo.

O ideal para o nosso trabalho é o investimento em informação, em cursos de orientação, navegação e cartografia, para um aprofundamento necessário desse tema e a utilização periódica das técnicas.

## Meteorologia

A meteorologia é a ciência que estuda a atmosfera terrestre, com alguns aspectos mais conhecidos como a previsão do tempo e a climatologia.

Com relação à capacidade de prever mudanças do tempo, devemos ter algum conhecimento sobre o tema, a fim de tornar nosso trabalho mais seguro e tranquilo.

Apresentamos uma introdução ao tema e recomendamos um aprofundamento. Diversas organizações oferecem cursos relacionados com essa temática.

Mas existe aquele conhecimento local (ou regional) empírico, dos moradores locais, que vivenciam essa realidade cotidianamente e possuem saberes subjetivos para uma previsão do tempo. Essa sabedoria da região demora mais tempo a ser adquirida, o que significa um ponto à frente para as pessoas nativas, pois vivenciar e poder observar *in loco* as mudanças do tempo ensinam tanto quanto – muitas vezes, até mais – um curso.

Esta introdução tem como objetivo disponibilizar informações sobre os fatores físicos que influenciam no estado atmosférico (tempo) e também no conjunto de condições atmosféricas (clima). Assim, o leitor terá uma referência em campo e, observando os fenômenos, poderá utilizá-la, juntamente com as informações empíricas obtidas com os moradores da região, a fim de realizar uma previsão, mesmo que subjetiva, das condições de segurança do local escolhido.

Essas informações devem ser utilizadas durante a atividade de Turismo de Aventura, mas terão igual valor se contempladas na fase do planejamento.

É no planejamento que nos preparamos efetivamente para situações adversas, organizando vestimentas e equipamentos necessários e dedicando mais atenção aos locais perigosos e rotas de fuga do trajeto.

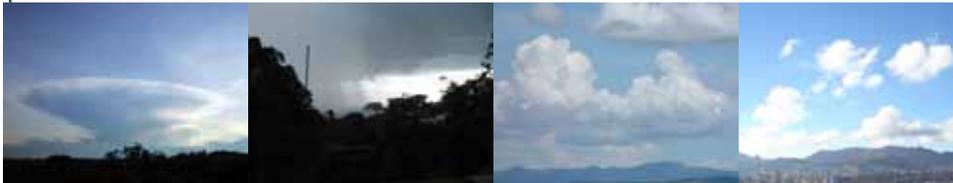
Durante a atividade, podemos utilizar soluções emergenciais, mas o planejamento é essencial para tornar mais fácil uma tomada de decisão, pois temos mais embasamento para julgar a situação e administrar os problemas ou possíveis ocorrências futuras.

Uma boa base de informações que consideramos importante para o nosso trabalho começa por uma introdução de conceitos sobre meteorologia, clima, tempo e previsões:

- conhecer as estações do ano, a atmosfera terrestre e fatores que influenciam na umidade, pressão e temperatura do ar
- informarmo-nos sobre a composição da atmosfera e sua influência nos fenômenos meteorológicos. As questões de umidade, pressão e temperatura são muito importantes para dar sequência no estudo das previsões do tempo, principalmente na interpretação dos fenômenos óticos e na interpretação das nuvens
- entender questões sobre a circulação dos ventos, o funcionamento de um barômetro, sua aplicação na meteorologia e na navegação terrestre



- reconhecer os fenômenos óticos provocados pela temperatura, umidade do ar e pela luz solar. O entendimento deste assunto agrega valor à profissão do condutor. Quando explicamos aos nossos clientes como são produzidos fenômenos como o arco-íris, por exemplo, estamos utilizando esses conhecimentos para dirigir a atenção do visitante para o local, sensibilizando-o
- buscar entendimento sobre o ciclo hidrológico, identificação de nuvens, entender os processos de formação e a sua influência na mudança do tempo. A identificação de nuvens é um dos aspectos que pode enriquecer o trabalho do condutor e ainda dar subsídio para a compreensão de como as tempestades são formadas.



As nuvens são classificadas segundo sua altura e aparência, e existem dez gêneros de nuvens que podemos citar como facilmente reconhecíveis e que constam do Atlas Internacional de Nuvens. As nuvens associadas à precipitação, portanto, mais importantes em nossa ocupação são: Cumulonimbos (Cb) e a Nimbostratus (Ns).

- saber identificar a formação de tempestades e seus perigos em atividades de Turismo de Aventura pode ser o diferencial entre um passeio torturante e um passeio com obstáculos que foram vencidos. Também faz parte ter contato com medidas de segurança para situações de tempo ruim, como e onde se abrigar, por exemplo
- entender o conceito de sensação térmica, as influências que o corpo humano sofre com a troca de calor através da radiação solar, vento e umidade. Abordar questões ligadas ao conforto humano relacionado com a temperatura do ar e os efeitos de sensação de mudança, devido a fatores como o vento, a umidade e a perda de calor



## FIQUE ATENTO:

**Certamente, um condutor que possua esta gama de conhecimentos terá mais êxito na preparação de uma atividade do Turismo de Aventura. Também devemos nos valer das referências sobre o tempo disponíveis em sítios especializados na previsão do tempo, como, por exemplo:**

**Climatempo – [www.climatempo.com.br](http://www.climatempo.com.br) e CPTEC/INPE – [www.cptec.inpe.br](http://www.cptec.inpe.br)**



## Primeiros Socorros

Um curso de primeiros socorros<sup>7</sup> é de vital importância para o condutor de Turismo de Aventura. Saber o que fazer para socorrer um cliente acidentado, mas principalmente o que não fazer, para preservar e não complicar ainda mais as condições da vítima, em uma situação de emergência, pode fazer a diferença nas atividades de Turismo de Aventura.

Para tanto, o condutor deve dominar as técnicas de primeiros socorros e aplicá-las adequadamente a cada situação, de acordo com o permitido por lei. Tais situações são, na maioria das vezes, imprevistas, portanto devemos conhecer os procedimentos clara e previamente para escolher a melhor abordagem em diferentes casos, com segurança e tranquilidade.

O participante deve aprender, entre outras coisas, como reconhecer uma situação de emergência, qual sua gravidade e a prestar os socorros imediatos necessários até a vítima receber assistência especializada.

Não é nossa função diagnosticar o problema e, sim, manter o acidentado com vida e preparado para uma remoção. Uma postura correta pode ser a diferença entre a manutenção das condições do paciente ou o seu agravamento.

É sempre bom lembrar que na etapa de planejamento já devemos ter considerado possíveis pontos de escape para a remoção do acidentado, além de listar os postos de saúde ou hospitais mais próximos.

<sup>7</sup> Entende-se que primeiros-socorros são procedimentos de emergência que visam manter as funções vitais e evitar o agravamento de uma pessoa ferida, inconsciente ou em perigo de vida, até que ela receba assistência médica qualificada.



Em atividades de Turismo de Aventura, onde se trabalha com o risco calculado, é notável que a grande maioria de ocorrências que acontecem são de escoriações (ralados, batidas, cortes) e torções (joelho, tornozelo, braços). É imprescindível, portanto, o conhecimento dos procedimentos, assim como portar um kit de primeiros socorros completo, para atendimento imediato e eficiente.

Existem no mercado diversas empresas especializadas que ministram cursos de primeiros socorros, inclusive em áreas remotas, o que frequentemente é nossa realidade. Essas empresas, geralmente, são credenciadas por órgãos de renome que atestam sua eficiência. Um bom curso de primeiros socorros deve ser escolhido em função da necessidade do condutor, e não pelo custo, pois esse conhecimento deve ser encarado como investimento, gerando mais segurança e agregando valor ao nosso serviço.

## Legislação Importante para o Condutor

No que diz respeito às questões ligadas à legislação, podemos afirmar que é um assunto muito próximo de nós, cuja utilidade não se dá apenas quando há um problema que deve ser solucionado pelo Poder Judiciário. Torna-se imprescindível entender as relações entre o Turismo e o Direito. Questões como as atividades turísticas, as empresas, as relações contratuais, dentre outras, precisam estar amparadas pela legislação para garantir a implantação e/ou a expansão da prestação de serviços turísticos de qualidade, tanto sob o aspecto legal, quanto sob o aspecto motivador da prática de um Turismo seguro.

O Direito faz parte das nossas relações diárias. Ele está mais presente em nossas vidas do que podemos imaginar: na compra de determinado pacote turístico, num acidente que possa ocorrer durante uma caminhada na mata e até no caso de sua bagagem ser extraviada pela empresa de transporte.

Assim, quando um consumidor lida com empresas e há uma relação formal entre as partes, os negócios firmados tornam-se mais seguros, com menos probabilidades de problemas futuros.

O Direito atua no sentido de reger a conduta social, viabilizando o ajuste do conteúdo da Lei aos mais variados acontecimentos do cotidiano. As leis, portanto, são os mais importantes instrumentos de trabalho do advogado. Através de sua análise pode-se verificar se determinado comportamento é ou não legal do ponto de vista jurídico.

Para nós, condutores, é necessário compreender o conceito de lei e de norma no Direito, para que não haja confusões. Entendendo esses conceitos, você poderá ainda diferenciar a Norma Jurídica da Norma Técnica Brasileira - NBR. Esclareça-se que o processo de normalização em Turismo de Aventura é voluntário e acontece no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que é o Fórum Nacional de Normalização.

As Normas Técnicas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos. Delas fazem parte os produtores, os consumidores e os chamados integrantes neutros (universidades, laboratórios e outros).

Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/ONS, circulam para Consulta Nacional entre os associados da ABNT e entre quaisquer interessados.

Depois de publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as Normas Técnicas Brasileiras passam a ser utilizadas como referência, tendo diversas aplicações práticas, tais como estabelecimento de políticas públicas, certificação, referência e padronização, proteção do consumidor, dentre outras possibilidades.

Assim, tem-se que a lei se aplica obrigatoriamente à empresa, ao consumidor, ao empresário, a todas as pessoas. O que estamos começando a entender é que além da lei, existem outras referências e dentre essas referências, assumem importante papel as Normas Técnicas Brasileiras.

Por outro lado, o processo de elaboração das leis (regulamentação) acontece na esfera do Poder Legislativo, que forma, juntamente com o Executivo e o Judiciário, os três Poderes da União. Essa divisão tríplice, Executivo, Legislativo e Judiciário, ocorre ainda nas esferas estadual e municipal.

Nesse contexto, é importante saber que as normas jurídicas possuem uma estrutura hierárquica bem definida, cuja ordem de subordinação deve ser obedecida conforme o grau de importância que segue: as constitucionais (Constituição Federal e Emendas Constitucionais), legais (Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas e Medidas Provisórias) e infralegais (Decretos, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias).

Por hora, entendemos que a Lei Majoritária de nosso país é a Constituição Federal, promulgada em 1988, nossa Carta Magna, que estabelece os princípios do Estado de Direito Democrático que vivemos no Brasil.

Ressaltamos que para aplicação e funcionamento de toda estrutura legislativa é necessário que o Poder Público, principalmente o Executivo, estabeleça estruturas organizacionais, que desenvolvam as políticas públicas, a fim de fazer cumprir o que estabelece as leis.

Assim, temos o Turismo com status de fator de desenvolvimento socioeconômico reconhecido na Constituição Federal. Para que o segmento possa cumprir esse princípio, bem como todas as leis que o afetam, é necessária uma estrutura organizacional.

Dentro da estrutura do Governo Federal, o **Ministério do Turismo (Mtur)** tem a missão de desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, geradora de empregos e lucro para o Brasil, proporcionando a inclusão social.

O **Conselho Nacional de Turismo** é um órgão colegiado de assessoramento que congrega membros do Governo Federal e de instituições representativas dos diversos setores e segmentos do turismo, inclusive do Turismo de Aventura. Sua finalidade é assessorar o Ministro do Turismo na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos Planos, Programas, Projetos e atividades deles derivados.

A **Secretaria Nacional de Políticas do Turismo** tem como função executar a Política Nacional para o setor, orientada pelas diretrizes do Conselho Nacional do Turismo. É responsável pela promoção interna e zela pela qualidade da prestação do serviço turístico brasileiro.

A **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo** tem a atribuição de promover o desenvolvimento da infra-estrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turismo.

O **Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)** concentra-se na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos destinos turísticos brasileiros no mundo.

Outras estruturas organizacionais muito importantes ligadas às atividades do Turismo de Aventura são:

O **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

- executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União

- executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União

- fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental

- exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União

- promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo, nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas

O **Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)**. Vale lembrar que nossa Constituição Federal aponta o Meio Ambiente como um “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Dessa forma, o SISNAMA é o sistema responsável pela proteção e melhoria da qualidade ambiental e tem em sua estrutura a seguinte composição:

### **Conselho do Governo**

Órgão Superior cuja função é assessorar o Presidente da República na formulação da Política Nacional e nas diretrizes governamentais para o Meio Ambiente e Recursos Ambientais.

### **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Órgão Central, tendo como área de competência a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. As responsabilidades desse órgão são:

- planejamento, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos

- formulação e execução da política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos

- preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis

- implementação de acordos internacionais na área ambiental

- política integrada para a Amazônia Legal

### **Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)**

Órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o Meio Ambiente e para os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, normas e padrões compatíveis com o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

### **Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Órgão executor, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

- exercer o poder de polícia ambiental

- executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente

- e executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente

### **Órgãos setoriais**

Há ainda os órgãos setoriais ou entidades integrantes da Administração Pública Federal direta ou indireta, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam, total ou parcialmente, associadas às de preservação da qualidade ambiental ou de disciplina do uso dos recursos ambientais.

### **Órgãos seccionais**

Também integram o SISNAMA órgãos seccionais ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização das atividades capazes de provocar degradação na qualidade ambiental. São os que efetivamente executam a gestão ambiental nos estados, dada a grande extensão do território brasileiro, tornando praticamente inviável aos órgãos federais a efetiva fiscalização e liberação de empreendimentos potencialmente degradadores da qualidade ambiental (Secretarias de Meio Ambiente, Conselhos Estaduais do Meio Ambiente e empresas de meio ambiente).

### **Órgãos locais**

E, finalmente, temos os órgãos locais ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização

dessas atividades, nas respectivas jurisdições, ou seja, responsáveis pela gestão ambiental no respectivo território e no âmbito de sua competência, como os CODEMAS – Conselhos Municipais de Defesa Ambiental, que hoje já são encontrados em algumas cidades.

A abordagem que fizemos sobre as questões legais é introdutória e tem por objetivo despertar seu interesse para a importância do Direito e seus inúmeros desdobramentos em vários atos da vida civil. Em especial, quando se pretende investir em uma empresa de Turismo de Aventura, o que requer responsabilidade, seriedade e observância às leis.

Apesar de ser um tema complexo e extenso, temos que procurar nos aprofundar no conhecimento das leis, pois é um dever de todo cidadão cumprir e conhecer a legislação vigente. Assim, será oportuno obter conhecimentos sobre o Direito do Consumidor, Civil, Trabalhista e Ambiental.



## FIQUE ATENTO:

Segue uma lista de referência sobre as principais Leis e Normas ligadas ao Turismo de Aventura no âmbito Federal.

- Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico – Decreto-lei 25/1937
- Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei 5.452/1943
- Proteção do Patrimônio Arqueológico e Pré-histórico – Lei 3.924/1961
- Código Florestal – Lei 4.771/1965
- Proteção à Fauna – Lei 5.197/1967
- Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico - Lei 6.513/1977
- Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938/1981
- Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/1990
- Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos – Lei 9.433/1997
- Lei de Crimes e Infrações Administrativas Ambientais – Lei 9.605/1998
- Regulamento da Lei de Crimes e Infrações Administrativas Ambientais – Dec. 3.179/1999
- Sistema Nacional das Unidades de Conservação – Lei 9.985/2000
- Estatuto das Cidades – Lei 10.257/2001
- Código Civil – Lei 10.406/2002

Todas as leis podem ser pesquisadas pelo número e ano através do site: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

## Educação Ambiental/Interpretação Ambiental

*“Surpreender-se, admirar-se, é começar a entender.”*

*(José Ortega y Gasset, filósofo espanhol – 1883-1955)*

A Educação Ambiental é uma valiosa ferramenta para que as pessoas ajam com responsabilidade quanto ao meio que se visita e o meio em que se vive.

Dentro da própria Educação Ambiental existem diversas vertentes e a que apresentamos aqui não é uma forma de encerrar o assunto, mas uma maneira de aumentar a reflexão do condutor sobre o tema e sobre a utilização dessa ferramenta no planejamento de suas atividades.

Em nosso trabalho, portanto, a Educação Ambiental deve ser utilizada em todos os momentos: na preleção, no decorrer da atividade e em seu encerramento.

A carga de informação transmitida ao cliente é muito importante, mas o objetivo é provocar uma mudança de atitude em relação ao meio, de modo que a sensibilização ambiental se faça eficiente. Zysman Neiman e Andréa Rabinovici nos lembram que, “para desencadear-se o processo de Educação Ambiental, é necessário que os procedimentos contemham impacto emocional, sejam positivos ou negativos, mas que despertem inicialmente um sentimento de vínculo com o espaço, uma percepção subjetiva de sua beleza selvagem, uma conquista para seus encantamentos. Só assim gerar-se-ão preocupações que alertem para comportamentos agressivos e motivações para o envolvimento e a participação das pessoas no sentido de busca de soluções.” (NEIMAN e RABINOVICI apud NEIMAN, 2002).



Para tanto, devemos nos afastar de uma condução apenas informativa e utilizar os valores, sensações e sentimentos, gerando benefícios para os clientes, para as comunidades envolvidas e para as áreas visitadas.

Por meio de uma postura consciente, podemos dirigir a atividade para o tipo de visitação e comportamento que se deseja dos clientes. Se demonstrarmos nossa admiração e respeito ao ambiente e às pessoas envolvidas na atividade (clientes, comunidade e outros condutores), como formadores de opinião, estaremos influenciando positivamente para uma mudança de atitude de todos os participantes.

Abriremos um caminho para uma participação mais efetiva de todos em relação aos problemas ou obstáculos que poderão ser encontrados na atividade, gerando companheirismo e preocupação quanto ao bem-estar de todos e do local visitado.

Sugerimos que você, condutor, procure cursos de educação ambiental, busque informação. Não descrevemos aqui um histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo porque não é nosso objetivo. Mas queremos que todos entendam sua utilização e importância, para que se mobilizem e procurem material mais específico da região em que residem, como informações ambientais, sociais e culturais.



**DICA:** O clima de companheirismo torna a atividade mais prazerosa para todos. Assim, as conquistas são compartilhadas e as expectativas, correspondidas.



## Mínimo Impacto Ambiental

*“Não há passageiros na nave espacial Terra; somos todos tripulação.”*

(Marshall McLuhan, pensador canadense – 1911 – 1980)



Brasil é um país cujo potencial para a prática das atividades do Turismo de Aventura pode ser percebido em toda a sua extensão. Já temos destinos tradicionais, como o Parque Nacional do Itatiaia, Amazônia, Serra Gaúcha, Bonito e Fernando de Noronha e inúmeros destinos não tão famosos, mas cujo potencial já se comprovou.

O número de adeptos dessa atividade no Brasil cresce a cada dia. Muitos outros países já descobriram o potencial brasileiro, o que faz com que o número de turistas interessados em TA nas nossas paisagens aumente consideravelmente. Os meios de comunicação também colaboram para essa situação. Está na moda.

E com o aumento da procura (crescimento do número de praticantes) eleva-se também o impacto nos ambientes visitados. Toda visita traz impactos. A abertura de um pequeno atalho, uma fogueira desnecessária, caminhar nas bordas e não no leito da trilha, tudo isso é maléfico ao ambiente.

Temos visto cada vez mais, na natureza, a presença de dejetos orgânicos e inorgânicos. Esteticamente não é agradável passear em locais poluídos, não é mesmo? Esses dejetos, porém, podem trazer problemas muito maiores do que uma paisagem feia, como a contaminação das águas, a mudança dos hábitos alimentares dos animais, que acabam se alimentando desse lixo, por exemplo. Tudo isso é mudança na dinâmica do ambiente.

Já herdamos de nossos antepassados um planeta doente. Tudo bem, eles não sabiam, não faziam ideia do que poderia acontecer. Mas nós sabemos. Estamos cientes do nosso impacto no ambiente, temos ideia de onde essa situação pode chegar. Esse impacto, se não pode ser evitado totalmente, deve ser minimizado. Adotando recomendações de práticas de mínimo impacto, contribuiremos para a sustentabilidade das áreas visitadas. O Turismo de Aventura deve ser uma parceria do **ser humano** com o **ambiente** e, não, uma relação de exploração, sem perspectiva de futuro.

São princípios práticos e simples, o desenrolar de uma postura mais ética em relação ao planeta em que vivemos, tentando não mais ser parte do problema, mas parte da solução.

Esses princípios de conduta consciente são utilizados no mundo inteiro e compõem uma base para a sustentabilidade dos locais utilizados.

## Planejamento é Fundamental

Entre em contato prévio com a administração da área que você vai visitar para tomar conhecimento dos regulamentos e restrições existentes.

Informe-se sobre as condições climáticas do local e consulte a previsão do tempo antes de qualquer atividade em ambientes naturais.

Evite viajar para as áreas mais populares durante feriados prolongados e férias.

Certifique-se de que você possui uma forma de acondicionar seu lixo (sacos plásticos), para trazê-lo de volta. Aprenda a diminuir a quantidade de lixo, deixando em casa as embalagens desnecessárias.

Escolha as atividades que você vai realizar na sua visita conforme o seu condicionamento físico e seu nível de experiência.

## Você é Responsável por sua Segurança

O salvamento em ambientes naturais é caro e complexo, podendo levar dias e causar grandes danos ao ambiente, portanto, em primeiro lugar, não se arrisque sem necessidade.

Calcule o tempo total que passará viajando e deixe um roteiro da viagem com alguém de confiança, com instruções para acionar o resgate, caso necessário.

Aprenda as técnicas básicas de segurança, como navegação (saiba como usar um mapa e uma bússola) e primeiros socorros. Para tanto, procure os clubes excursionistas, escolas de escalada e cursos de idoneidade comprovada.

**Tenha certeza de que você dispõe do equipamento apropriado para cada situação.**

Acidentes e agressões à natureza, em grande parte, são causados por improvisações, negligência e uso inadequado de equipamentos.

**Leve sempre:** lanterna, agasalho, capa de chuva, um estojo de primeiros socorros, alimento e água; mesmo em atividades com apenas um dia ou poucas horas de duração.

Caso você não tenha experiência em atividades recreativas em ambientes naturais, entre em contato com centros excursionistas, empresas de ecoturismo ou condutores de visitantes. Visitantes inexperientes podem causar grandes impactos sem perceber e correr riscos desnecessários.



## Cuide dos Locais por Onde Passar, das Trilhas e dos Locais de Acampamento

Mantenha-se nas trilhas pré-determinadas - não use atalhos. Os atalhos favorecem a erosão e a destruição das raízes e plantas inteiras.

Mantenha-se na trilha, mesmo se ela estiver molhada, lamacenta ou escorregadia. A dificuldade das trilhas faz parte do desafio de vivenciar a natureza. Se você contorna a parte danificada de uma trilha, o estrago se tornará maior no futuro.



Ao montar seu acampamento, evite áreas frágeis que levarão um longo tempo para se recuperar após o impacto. Acampe somente em locais pré-estabelecidos, quando existirem. Acampe a pelo menos 60 metros de qualquer fonte de água.

Não cave valetas ao redor das barracas. Escolha bem o local de acampamento e use um plástico sob a barraca. Bons locais para acampamento são encontrados, não construídos. Não corte ou arranque a vegetação, nem remova pedras ao acampar.

Remova todas as evidências de sua passagem. Ao percorrer uma trilha ou ao sair de uma área de acampamento, certifique-se de que esses locais permaneceram como se ninguém houvesse passado por ali.

Proteja o patrimônio natural e cultural dos locais visitados. Respeite as normas existentes e denuncie as agressões observadas.

## Traga seu Lixo de Volta

Embalagens vazias pesam pouco e ocupam espaço mínimo na mochila. Se você pode levar uma embalagem cheia, pode trazê-la vazia na volta.

Não queime nem enterre o lixo. As embalagens podem não queimar completamente, e animais podem cavar até o lixo e espalhá-lo. Traga todo o seu lixo de volta com você.

Utilize as instalações sanitárias que existirem. Caso não haja instalações sanitárias na área, enterre as fezes em um buraco com 15cm de profundidade e a pelo menos 60m de qualquer fonte de água, trilhas ou locais de acampamento, e em local onde não seja necessário remover a vegetação. Traga o papel higiênico utilizado de volta.

**Não use sabão nem lave utensílios em fontes de água.**





## Deixe Cada Coisa em seu Lugar

Não construa qualquer tipo de estrutura, como bancos, mesas, pontes etc. Não quebre ou corte galhos de árvores, mesmo que estejam mortas ou tombadas, pois podem estar servindo de abrigo para aves ou outros animais.

Resista à tentação de levar “lembranças” para casa. Deixe pedras, artefatos, flores, conchas etc, onde você os encontrou, para que outros também possam apreciá-los.

Tire apenas fotografias, deixe apenas suas pegadas, mate apenas o tempo e leve apenas suas memórias.

## Evite Fazer Fogueiras

Fogueiras enfraquecem o solo, enfeiam os locais de acampamento e representam uma das grandes causas de incêndios florestais.

Para cozinhar, utilize um fogareiro próprio para acampamento. Os fogareiros modernos são leves e fáceis de usar. Cozinhar com um fogareiro é muito mais rápido e prático que acender uma fogueira.

Para iluminar o acampamento, utilize um lampião ou uma lanterna, em vez de uma fogueira.

Para se aquecer, tenha a roupa adequada ao clima do local que está visitando. Se você precisar de uma fogueira para se aquecer, provavelmente planejou mal sua viagem.

Se você realmente precisar acender uma fogueira, consulte previamente a administração da área que estiver visitando sobre os regulamentos existentes e utilize locais estabelecidos. Tenha absoluta certeza de que sua fogueira está completamente apagada antes de abandonar a área.



## Respeite os Animais e as Plantas

Observe os animais à distância. A proximidade pode ser interpretada como uma ameaça e provocar um ataque, mesmo de pequenos animais. Além disso, animais silvestres podem transmitir doenças graves.

Não alimente os animais. Os alimentos que fazem parte da nossa dieta podem ser totalmente inadequados para diversos espécimes animais e ocasionar consequências de dimensões variáveis para o ambiente local. Além disso, os animais podem acabar se acostumando com comida humana e passar a invadir os acampamentos em busca de alimento, danificando barracas, mochilas e outros equipamentos.

Não retire flores e plantas silvestres. Aprecie sua beleza no local, sem agredir a natureza e dando a mesma oportunidade a outros visitantes.



## Seja Cortês com Outros Visitantes e com a População Local

Ande e acampe em silêncio, preservando a tranquilidade e a sensação de harmonia que a natureza oferece. Deixe rádios e instrumentos sonoros em casa.

Trate os moradores da área com cortesia e respeito. Mantenha as portas do modo que as encontrou e não entre em casas e galpões sem pedir permissão. Seja educado e comporte-se como se estivesse visitando casa alheia. Aproveite para aprender algo sobre os hábitos e a cultura do meio rural.



Prefira contratar os serviços locais de hospedagem, transporte, alimentação e outros. Desse modo, você estará colaborando para que os recursos financeiros permaneçam na comunidade.

Deixe os animais domésticos em casa, pois, além de afugentarem a fauna silvestre, podem causar problemas sérios com a introdução de doenças e outras ameaças ao ambiente natural. Caso traga o seu animal com você, mantenha-o controlado todo o tempo. As fezes dos animais devem ser tratadas da mesma maneira que as humanas. Elas também estão sob sua responsabilidade. Muitas áreas não permitem a entrada de animais domésticos, portanto verifique com antecedência.

Evite usar cores fortes que podem ser vistas a quilômetros e quebram a harmonia dos ambientes naturais. Use roupas e equipamentos de cores neutras, para evitar a poluição visual em locais muito frequentados. Para chamar a atenção de uma equipe de socorro, tenha em sua mochila um plástico ou tecido de cor forte, em caso de emergência.

Colabore com a educação de outros visitantes, transmitindo os princípios de mínimo impacto sempre que houver oportunidade.

## Referências Bibliográficas

ABETA. *Apostila do Curso de Competências Mínimas do Condutor de Turismo de Aventura*. Belo Horizonte: ABETA, 2007.

BRASIL. *Ministério do Turismo. Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura. Relatório diagnóstico*. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

FILIPPI Jr., A. et al *Municípios e Meio Ambiente. Perspectivas para a Municipalização da Gestão Ambiental no Brasil*. São Paulo: ANAMA, 1999.

FRANZEN Jr., R. *Apostila do Curso de Iniciação ao Montanhismo*. Curitiba: Marumby Montanhismo, 2002.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (Des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

LIMA, F. V. *Apostila do Curso de Guia de Turismo Especializado em Atrativo Natural: Primeiros Socorros*. São Paulo: Senac-SP, 1999.

LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. *Ecoturismo – Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1995.

MATHEUS E SILVA, L. F. *Os usos (e abusos) da cultura popular camponesa no processo de mercantilização do espaço agrário*. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “JORNADA ORLANDO VALVERDE”. Anais ISSN 19804563. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. CD ROM.

MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MILANO, M. S. *Apostila do Curso de Planejamento e Manejo de Áreas Naturais Protegidas*. Guaraqueçaba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Embratur. *Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura. Relatório da oficina de planejamento*. Brasília: Embratur, 2001.

NAGY, C.; MADEIRA, H. M. F. *Apostila do Curso de Formação de Guarda-Parque: Cartografia e Orientação*. São Paulo: Senac-SP, 1999.

NEIMAN, Z.(Org). *Meio Ambiente – Educação e Ecoturismo*. Barueri/SP: Editora Manole, 2002.

SERRANO, C. (Org.). *A Educação Pelas Pedras – Ecoturismo e Educação Ambiental*. São Paulo: Editora Chronos, 2000.

TRAJBER, R.; COSTA, L. B da. (org.). *Avaliando a educação Ambiental no Brasil – Materiais Audiovisuais*. São Paulo: Editora Peirópolis: Instituto Ecoar para a Cidadania, 2001.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo – Impactos, Potencialidade e Possibilidades*. São Paulo: Editora Manole, 2001.

WEISZFLOG, Walter. *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*, São Paulo: Melhoramentos 1998-2007. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> acessado em setembro de 2008.





# COMPETÊNCIAS MÍNIMAS DO CONDUTOR DE TURISMO DE AVENTURA VOL. 3

Entidade Executora



Parceria



Ministério  
do Turismo

